REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO № , de 2018

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer informações acerca da diminuição e interrupção da concessão de bolsas do Programa Bolsa-Permanência (PBP) para estudantes universitários indígenas e quilombolas.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª. com fulcro no art.50, § 2º da Constituição Federal e, nos termos dos arts. 115, I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Educação as seguintes informações:

- 1) Há previsão de liberação de recursos para o Programa Bolsa-Permanência (PBP) para estudantes universitários indígenas e quilombolas? Qual o valor, número de beneficiários e cronograma?
- 2) Quais medidas serão adotadas pelo governo para suprir a carência de bolsas do Programa Bolsa-Permanência (PBP) para atender a demanda de estudantes universitários indígenas e quilombolas?
- 3) Houve decisão administrativa para interrupção do cadastramento de novos pretendentes ao programa em 2018? Houve algum problema de natureza técnica no sistema informatizado vinculado ao PBP?
- 4) Foi reaberta a possibilidade de inserção dos nomes dos pretendentes a bolsa no sistema do PBP como candidatos à ajuda? Em caso negativo, quando será reaberta?
- 5) Quantos foram os estudantes universitários indígenas e quilombolas beneficiários do Programa Bolsa-Permanência (PBP) desde sua criação?
- 6) Quantas bolsas foram retiradas do programa desde 2016? Discriminar por estado, instituição de ensino e categoria (indígenas e quilombolas);
- 7) Houve desembolso financeiro referente a 800 bolsas cuja concessão foi anunciada pelo MEC? Em caso afirmativo, discriminar por estado e categoria (indígenas e quilombolas).

8) Há dados acerca da evasão de indígenas e quilombolas no ensino superior? Em caso afirmativo, solicitamos as respectivas cópias. Em caso negativo, sugerimos que se proceda a coleta desses dados e sejam apuradas as causas de evasão desse contingente.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento de informações visa subsidiar os parlamentares para que possam exercer seu papel institucional de fiscalização da execução das políticas públicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) teve o cuidado de prever, expressamente, em várias de suas estratégias, o apoio ao acesso e permanência dos educandos de comunidades indígenas e quilombolas.

O atual governo interrompeu a liberação de novas bolsas do Programa Bolsa-Permanência (PBP) para estudantes universitários indígenas e quilombolas.

O valor da ajuda mensal é de R\$ 900 para moradia, alimentação e material escolar.

A medida vai prejudicar pelo menos 2.500 estudantes e ameaçar sua permanência nas instituições de ensino superior. Segundo informações, no início das aulas deste ano, os novos universitários não receberam nenhuma parcela da bolsa e tampouco conseguiram inserir seus nomes no sistema do PBP como candidatos à ajuda.

De acordo com o MEC, cerca de 800 bolsas serão dadas, mas isso é insuficiente, razão pela qual esperamos dessa pasta ministerial resposta para as informações solicitadas.

Sala da Comissão, em de junho de 2018.

Deputada ERIKA KOKAY-PT/DF